

CONCURSO PÚBLICO GUARDA MUNICIPAL DE MORENO (PE)



12.76PH-5521/9-3

GUARDA MUNICIPAL

INSTITUTO
igeduc
CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de **ELIMINAÇÃO** do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

5T67-34-KNG

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (de 1 a 70)

Julgue os itens a seguir.

01. A Lei nº 729/2024 permite que as penas disciplinares aplicadas aos guardas municipais de Moreno sejam acumulativas, podendo um servidor receber várias penas simultaneamente por uma única infração disciplinar. Essa medida visa a aumentar a severidade das punições.
02. A Lei Federal nº 13.675/2018 autoriza os órgãos de segurança pública a realizarem interceptações telefônicas e outras formas de vigilância sem a necessidade de autorização judicial, desde que justificadas como necessárias para a segurança pública. Por exemplo, a Polícia Civil poderia monitorar comunicações de suspeitos sem obter uma ordem judicial, desde que as ações fossem documentadas internamente como parte de uma operação de segurança.
03. De acordo com a Lei nº 724 de 06 de fevereiro de 2024, os guardas civis municipais podem ser promovidos automaticamente para o cargo de Comandante após dez anos de serviço contínuo, sem necessidade de avaliação de desempenho ou cumprimento de outros critérios específicos. Por exemplo, um guarda que complete dez anos de serviço sem interrupção seria promovido diretamente a Comandante, independentemente de suas qualificações ou desempenho.
04. O inquérito policial é indispensável para a propositura da ação penal, sendo necessário em todos os casos de investigação criminal, condicionado ou não da existência de outras fontes de prova. Por exemplo, mesmo que o Ministério Público possua provas suficientes para a denúncia, ele ainda deve aguardar a conclusão do inquérito policial para dar início ao processo penal.
05. A Lei nº 724 de 06 de fevereiro de 2024 estabelece que os guardas civis municipais têm direito a uma gratificação por risco de vida, correspondente a 30% do vencimento base. Por exemplo, um guarda civil municipal com um vencimento base de R\$ 2.000,00 receberá uma gratificação adicional de R\$ 600,00, totalizando R\$ 2.600,00 mensais.
06. A prisão temporária pode ser decretada pelo delegado de polícia durante a investigação de crimes considerados hediondos, independentemente de manifestação do Ministério Público ou autorização judicial, e tem prazo de duração inicial de 60 dias, prorrogáveis por mais 60 dias, conforme a necessidade da investigação. Por exemplo, em um caso de tráfico de drogas, o delegado pode manter o suspeito preso temporariamente por até 120 dias para concluir a investigação.
07. A Corregedoria da Guarda Civil Municipal de Moreno é responsável por apurar infrações disciplinares dos servidores e realizar inspeções em qualquer unidade da Guarda, encaminhando relatórios reservados ao comando. Essa estrutura é fundamental para garantir a transparência e a ética nas ações da instituição, conforme estabelecido pela Lei municipal nº 729/2024.
08. O processo administrativo disciplinar (PAD) e a sindicância são instrumentos essenciais no Direito Administrativo para apurar infrações funcionais cometidas por servidores públicos, garantindo o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. Por exemplo, um servidor acusado de irregularidades em sua conduta funcional deve ser formalmente notificado e ter a oportunidade de apresentar sua defesa e produzir provas, assegurando a imparcialidade e a justiça na apuração dos fatos.
09. O inquérito policial é um procedimento administrativo de natureza inquisitorial, conduzido pela polícia judiciária, destinado a apurar a materialidade e a autoria de uma infração penal, servindo de base para a ação penal. Durante o inquérito, o indiciado não tem direito ao contraditório e à ampla defesa, uma vez que se trata de uma fase preliminar e preparatória do processo penal, mas tem direito a ser assistido por advogado e a não autoincriminação, conforme estabelecido na Constituição e no Código de Processo Penal.

10. A Lei Federal nº 13.022/2014, conhecida como Estatuto Geral das Guardas Municipais, estabelece que as guardas municipais têm a competência para proteger bens, serviços e instalações municipais, bem como colaborar com os órgãos de segurança pública em ações conjuntas para a preservação da ordem pública. Por exemplo, uma guarda municipal pode atuar na proteção de escolas, hospitais e prédios públicos municipais, além de colaborar com a polícia em operações de segurança em eventos de grande porte.
11. A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), instituída pela Lei Federal nº 13.675/2018, tem como um de seus eixos estratégicos a valorização dos profissionais de segurança pública, incluindo a promoção de programas de formação, capacitação continuada e melhoria das condições de trabalho. Por exemplo, a lei prevê a criação de cursos específicos para o aprimoramento técnico e psicológico dos policiais, além de políticas de saúde e bem-estar para os agentes de segurança.
12. De acordo com a Lei nº 724 de 06 de fevereiro de 2024, os guardas civis municipais de Moreno têm direito a licença remunerada de um ano a cada cinco anos de serviço contínuo, sem necessidade de justificativa. Por exemplo, um guarda que complete cinco anos de serviço pode solicitar um ano de licença remunerada para descanso ou atividades pessoais, sem perda de remuneração.
13. A Constituição estabelece que, em situações de crise de segurança pública, o presidente da República tem o poder de militarizar as polícias estaduais, transformando-as em forças auxiliares das Forças Armadas, sem a necessidade de aprovação ou consulta aos governadores dos estados afetados. Por exemplo, em caso de grave ameaça à ordem pública, o presidente pode diretamente comandar a Polícia Militar e a Polícia Civil dos estados para atuar sob orientação militar.
14. Segundo a teoria geral dos direitos humanos, os direitos humanos são relativos e podem ser limitados de acordo com a conveniência política do Estado, desde que o governo justifique a necessidade de tais medidas. Por exemplo, em situações de instabilidade política, um governo pode optar por suspender direitos como a liberdade de expressão e o direito de reunião, argumentando que tais medidas são necessárias para restabelecer a ordem pública.
15. De acordo com a Constituição, as forças de segurança pública têm a autoridade para realizar escutas telefônicas e interceptações de comunicações sem necessidade de autorização judicial, desde que seja para fins de investigações criminais. Por exemplo, a polícia pode monitorar conversas telefônicas de suspeitos diretamente, acelerando o processo investigativo e garantindo maior eficiência na resolução de crimes.
16. A Lei Federal nº 8.072/1990, conhecida como Lei dos Crimes Hediondos, estabelece um regime mais rigoroso de cumprimento de pena para crimes considerados de extrema gravidade, como o homicídio qualificado, a extorsão mediante sequestro e o estupro. Por exemplo, essa lei prevê que os condenados por crimes hediondos não têm direito à anistia, graça ou indulto, e que o cumprimento da pena deve ser inicialmente em regime fechado, garantindo uma resposta penal mais severa e a proteção da sociedade.
17. De acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), as informações classificadas como sigilosas por órgãos públicos podem permanecer inacessíveis por qualquer período de tempo, a critério exclusivo da autoridade responsável pela classificação. Por exemplo, um documento considerado sigiloso por um ministério pode ser mantido em sigilo permanente sem necessidade de revisão ou reavaliação periódica, garantindo a segurança das informações sensíveis.
18. Em consonância com a Lei nº 1.079/1950, o Presidente da República pode ser afastado do cargo imediatamente após a apresentação de uma denúncia de crime de responsabilidade, sem a necessidade de aprovação preliminar pela Câmara dos Deputados. Por exemplo, assim que uma denúncia é protocolada contra o Presidente, ele seria obrigado a deixar o cargo provisoriamente até que o Senado Federal decida sobre sua responsabilidade.
19. A Lei Federal nº 9.605/1998, que trata dos crimes contra o meio ambiente, prevê sanções penais e administrativas para aqueles que praticam atos de poluição que possam resultar em danos à saúde humana ou causar a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora. Por exemplo, uma empresa que despeja resíduos tóxicos em um rio, causando a morte de peixes e a contaminação da água potável, pode ser multada, ter suas atividades suspensas e seus responsáveis podem ser condenados à pena de reclusão.
20. O Poder Executivo, conforme estabelecido na Constituição, possui a prerrogativa de suspender temporariamente direitos fundamentais em situações de crise, sem a necessidade de aprovação ou consulta ao Poder Legislativo ou Judiciário. Por exemplo, o presidente pode decretar a suspensão de direitos civis como a liberdade de imprensa e o habeas corpus durante um estado de emergência nacional, atuando de forma independente para preservar a segurança e a ordem pública.
21. A prisão em flagrante ocorre quando o indivíduo é surpreendido cometendo uma infração penal, logo após a prática do crime, ou com objetos que façam presumir ser o autor do delito. Por exemplo, se uma pessoa é detida logo após cometer um roubo e ainda está na posse dos bens subtraídos, ela pode ser presa em flagrante e conduzida à autoridade competente para os procedimentos legais.

22. A Lei nº 1.079/1950, popularmente conhecida como Lei de Crimes de Responsabilidade, estabelece as infrações político-administrativas que podem levar ao impeachment de autoridades como o Presidente da República, Ministros de Estado, Ministros do Supremo Tribunal Federal e outros. Essa lei delinea detalhadamente os procedimentos a serem seguidos para que essas autoridades sejam julgadas por crimes de responsabilidade, os quais incluem a prática de atos que atentem contra a existência da União, o livre exercício dos poderes legislativo e judiciário, o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, a segurança interna do país, a probidade na administração e a lei orçamentária.
23. A Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) permite que órgãos públicos cobrem taxas para o fornecimento de informações, incluindo custos administrativos e operacionais, de modo a cobrir as despesas envolvidas na busca e compilação dos dados solicitados. Por exemplo, um cidadão pode ser cobrado por custos de pessoal e recursos utilizados para localizar e disponibilizar documentos específicos, além das taxas básicas de reprodução.
24. De acordo com a teoria jurídica, o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) permite a aplicação imediata de medidas despenalizadoras, como a composição civil dos danos e a transação penal, previstas na Lei dos Juizados Especiais Criminais. Por exemplo, em um caso de dano simples, o autor do fato pode, no momento da lavratura do TCO, aceitar uma proposta de reparação do dano à vítima, evitando a instauração de um processo criminal.
25. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990) permite que menores de 18 anos sejam empregados em atividades laborais desde que tenham autorização dos pais ou responsáveis, sem a necessidade de observância das normas de proteção ao trabalho infantil previstas na legislação. Por exemplo, um adolescente de 16 anos poderia trabalhar em uma fábrica de produtos químicos, desde que seus pais consentam.
26. A Lei Federal nº 13.869/2019, que define os crimes de abuso de autoridade, estabelece que qualquer agente público que praticar atos com a finalidade de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou ainda por mero capricho ou satisfação pessoal, comete crime de abuso de autoridade. Por exemplo, um policial que realiza uma prisão sem o devido fundamento legal, com o objetivo de intimidar ou retaliar alguém, está cometendo um crime de abuso de autoridade, conforme previsto na lei.
27. De acordo com a Lei Federal nº 9.605/1998, as multas aplicadas por infrações ambientais podem ser convertidas em doações para entidades privadas, mesmo que não tenham fins ambientais, desde que essas entidades se comprometam a usar os recursos para projetos sociais. Por exemplo, uma empresa multada por desmatamento ilegal pode optar por doar o valor da multa a uma organização privada de caridade, ao invés de pagar a multa diretamente ao órgão ambiental competente.
28. A Lei Federal nº 8.069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criminaliza o ato de submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual, prevendo penas de reclusão de 4 a 10 anos, além de multa. Por exemplo, um indivíduo que facilita ou agencia a prostituição de um menor de idade pode ser condenado a uma pena severa, conforme previsto no artigo 244-A do ECA, reforçando a proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes.
29. O Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997) estabelece que dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência é uma infração gravíssima, sujeitando o condutor à penalidade de multa, suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo. Por exemplo, se um motorista for flagrado dirigindo com uma concentração de álcool no sangue superior a 0,3 mg/L, ele poderá ser multado, ter sua carteira de habilitação suspensa e o veículo apreendido.
30. Direitos sociais, como saúde, educação, trabalho e segurança, previstos na Constituição, são essenciais para assegurar uma vida digna a todos os cidadãos. Esses direitos garantem que cada pessoa tenha acesso a serviços básicos e condições adequadas de vida. Por exemplo, o direito à saúde assegura que todos os cidadãos tenham acesso a atendimento médico de qualidade, independentemente de sua condição social ou econômica, promovendo o bem-estar coletivo.
31. De acordo com a Lei Federal nº 8.072/1990, conhecida como Lei dos Crimes Hediondos, os condenados por crimes hediondos podem progredir de regime de cumprimento de pena após cumprir apenas um sexto da pena total, desde que apresentem bom comportamento carcerário e obtenham a recomendação favorável da direção do estabelecimento prisional. Por exemplo, um condenado por latrocínio pode passar para o regime semiaberto após cumprir apenas uma fração mínima de sua pena, desde que demonstre bom comportamento.
32. Os direitos e deveres individuais e coletivos, consagrados na Constituição, são fundamentais para a construção de uma sociedade justa e democrática. Esses direitos garantem a liberdade de expressão, o direito à vida privada, a igualdade perante a lei e a liberdade de associação, entre outros. Por exemplo, a liberdade de expressão permite que os cidadãos manifestem suas opiniões sem medo de represálias, fortalecendo o debate público e a participação democrática.
33. No âmbito do Direito Processual Penal, a cadeia de custódia das provas coletadas no local de crime é um procedimento técnico e rigoroso que visa a assegurar a autenticidade e integridade dos vestígios desde sua coleta até sua apresentação em juízo. Por exemplo, a coleta de amostras biológicas, como sangue ou DNA, requer o registro detalhado de cada etapa do manuseio das evidências, incluindo identificação dos responsáveis pela coleta, acondicionamento, transporte e análise laboratorial, garantindo a rastreabilidade e inviolabilidade das provas.

34. De acordo com a Lei Federal nº 9.455/1997, que define os crimes de tortura, a condenação por esse tipo de crime resulta na perda do cargo, função ou emprego público e na interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada. Por exemplo, um agente penitenciário condenado por tortura perde automaticamente seu cargo e fica proibido de exercer qualquer função pública durante o período determinado pela lei.
35. A Lei Federal nº 11.343/2006 permite que a autoridade policial decida, de forma autônoma, se uma pessoa encontrada em posse de drogas deve ser tratada como usuário ou traficante, com base em critérios como a aparência do suspeito e o local da apreensão. Por exemplo, um policial pode determinar que alguém encontrado com drogas em uma área conhecida pelo tráfico é um traficante, independentemente da quantidade apreendida e das circunstâncias específicas.
36. A Lei nº 729/2024 permite que os guardas municipais de Moreno sejam remunerados durante o cumprimento de penas de suspensão punitiva, como forma de incentivo à correção de comportamento. Essa medida visa a garantir a estabilidade financeira dos servidores durante o processo disciplinar.
37. Somente os direitos civis e políticos, como a liberdade de expressão e o direito ao voto, são considerados verdadeiros direitos humanos, enquanto os direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito à saúde e à educação, são aspirações que os Estados podem cumprir, dependendo de suas capacidades econômicas.
38. De acordo com os meios do Direito Penal, é estabelecido que o crime de homicídio, previsto no artigo 121 do Código Penal, pode ser qualificado por diversas circunstâncias, como o motivo torpe, o meio cruel, ou a traição, resultando em uma pena mais severa. Por exemplo, um homicídio cometido por pagamento de recompensa (motivo torpe) ou utilizando veneno (meio cruel) é classificado como homicídio qualificado, com pena de reclusão de 12 a 30 anos, refletindo a maior reprovabilidade da conduta.
39. As penas disciplinares impostas aos servidores da Guarda Civil Municipal de Moreno, como advertência ou suspensão, podem ser convertidas ou anuladas após a revisão do processo, se novas provas de inocência forem apresentadas ou se houver erros processuais de acordo com a Lei municipal nº 729/2024. Esse mecanismo é crucial para assegurar a justiça e a correção de eventuais erros administrativos.
40. A lei penal no tempo é regida pelo princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa e pela retroatividade da lei penal mais benéfica ao réu. Por exemplo, se uma nova lei aumenta a pena para determinado crime, essa alteração não pode ser aplicada a fatos ocorridos antes de sua vigência. Contudo, se uma lei posterior reduz a pena ou descriminaliza uma conduta, ela deve retroagir para beneficiar os condenados que cometeram o ato antes da mudança legislativa.
41. No inquérito policial, o delegado de polícia tem autoridade para determinar medidas restritivas de liberdade, como a prisão preventiva e a condução coercitiva, desde que haja indícios suficientes de autoria e materialidade. Por exemplo, em uma investigação sobre tráfico de drogas, o delegado pode ordenar a prisão preventiva do suspeito diretamente, assegurando a eficácia da investigação.
42. Segundo a Lei nº 724 de 06 de fevereiro de 2024, os guardas civis municipais de Moreno têm direito à aposentadoria compulsória aos 60 anos de idade, independentemente do tempo de serviço. Por exemplo, um guarda que ingressou na carreira aos 59 anos teria direito a aposentadoria um ano depois, ao completar 60 anos de idade.
43. O Decreto Federal de Regulamentação nº 9.489/2018 autoriza os órgãos de segurança pública a realizarem operações de inteligência e coleta de dados de cidadãos sem a necessidade de justificativa ou controle judicial, desde que tais operações sejam consideradas essenciais para a segurança nacional. Por exemplo, a Polícia Federal poderia coletar dados pessoais de indivíduos sem mandado judicial, baseando-se apenas na justificativa de necessidade operacional.
44. O Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) é um procedimento simplificado destinado a apurar infrações penais de menor potencial ofensivo, como contravenções penais e crimes cuja pena máxima não ultrapasse dois anos. Assim, em um caso de lesão corporal leve, a autoridade policial pode lavrar o TCO em vez de instaurar um inquérito policial, encaminhando o acusado diretamente ao Juizado Especial Criminal.
45. A Lei nº 724 de 06 de fevereiro de 2024 permite que os guardas civis municipais acumulem cargos públicos remunerados, desde que a soma das cargas horárias não ultrapasse 60 horas semanais. Por exemplo, um guarda pode trabalhar 40 horas semanais na guarda e mais 20 horas em outra função pública remunerada, como professor.
46. A Lei nº 724 de 06 de fevereiro de 2024 institui o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos dos Profissionais da Guarda Civil Municipal de Moreno (PCCV/GCMM), estabelecendo que a promoção dos guardas civis municipais ocorre por progressão a cada três anos, após o período probatório. Por exemplo, um guarda civil municipal que tenha completado três anos de serviço, sem penalidades registradas, será promovido automaticamente conforme o artigo 1º da Lei.
47. A Guarda Civil Municipal de Moreno tem, entre suas competências de acordo com a Lei municipal nº 729/2024, o dever de realizar visitas tranquilizadoras e inspeções em locais de interesse da segurança pública, visando fortalecer a relação entre a guarda e a comunidade. Esse método de aproximação é crucial para estabelecer um ambiente de confiança mútua e garantir a eficácia das operações de segurança.

48. A Lei Federal nº 9.455/1997, que define os crimes de tortura, permite a aplicação de penas alternativas, como prestação de serviços à comunidade ou pagamento de multas, para os condenados por atos de tortura, caso sejam réus primários e apresentem bom comportamento durante o processo judicial. Por exemplo, um agente de segurança condenado por tortura poderia ser sentenciado a cumprir pena alternativa em vez de reclusão, se fosse a primeira vez que cometesse o crime.
49. O artigo 22 da Lei nº 724 de 06 de fevereiro de 2024 assegura aos guardas civis municipais um adicional por titulação, variando de 10% a 25%, dependendo do grau de formação acadêmica. Por exemplo, um guarda com doutorado recebe um adicional de 25% sobre o vencimento base.
50. O Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) pode ser lavrado por qualquer autoridade policial, incluindo agentes de trânsito e guardas municipais, desde que se trate de infrações penais de menor potencial ofensivo, sem necessidade de supervisão por parte de um delegado de polícia. Por exemplo, um guarda municipal pode lavar um TCO por um caso de injúria sem a intervenção de um delegado.
51. A irretroatividade da lei penal se aplica de maneira maior, proibindo qualquer tipo de aplicação retroativa de novas leis penais, sejam elas mais gravosas ou mais benéficas ao réu. Por exemplo, mesmo que uma nova lei descriminalize uma conduta anteriormente considerada criminosa, essa mudança não pode beneficiar aqueles que foram condenados sob a legislação anterior, mantendo-se as penas impostas pela lei vigente à época do crime.
52. Os grupamentos especiais da Guarda Civil Municipal de Moreno, como a ROMU (Ronda Ostensiva Municipal) e ROMUT (Ronda Ostensiva Municipal de Trânsito), não têm direito a gratificação especial ou adicional de risco de vida de acordo com a Lei municipal nº 729/2024. Essas unidades operam com a mesma estrutura salarial básica dos demais grupamentos.
53. A Lei Federal nº 10.826/2003 estabelece critérios rigorosos para a posse e o porte de armas de fogo, exigindo que o interessado comprove a necessidade efetiva para a posse e a capacidade técnica e psicológica para o manuseio de armas. Por exemplo, para obter uma autorização de posse de arma, o cidadão deve apresentar documentação comprobatória de residência, ocupação lícita, e passar por avaliações psicológicas e de capacidade técnica, além de não possuir antecedentes criminais.
54. De acordo com as noções de Direito Penal, o crime de lesão corporal leve, previsto no artigo 129 do Código Penal, pode ser tratado como uma infração penal de menor potencial ofensivo, sendo passível de resolução por meio de composição civil dos danos e transação penal, sem a necessidade de imposição de pena privativa de liberdade. Por exemplo, em um caso de lesão corporal leve resultante de uma briga, as partes podem optar por uma solução consensual no âmbito do Juizado Especial Criminal, sem consequências penais mais severas.
55. A Lei Federal nº 13.675/2018 estabelece que o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) visa a integrar os órgãos de segurança pública em todos os níveis federativos, promovendo a cooperação e a coordenação entre as polícias federal, rodoviária federal, ferroviária federal, civis, militares, corpos de bombeiros militares, e guardas municipais. Por exemplo, a lei determina a criação de redes de comunicação e bases de dados compartilhadas para otimizar as operações conjuntas e a troca de informações entre os diversos órgãos de segurança.
56. De acordo com a Lei Federal nº 13.022/2014, as guardas municipais têm autorização para realizar investigações criminais e instaurar inquéritos desde que as ocorrências sejam relacionadas a crimes cometidos dentro dos limites do município. Por exemplo, uma guarda municipal poderia conduzir uma investigação sobre um assalto ocorrido em uma escola municipal e prender os suspeitos.
57. A Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) estabelece que o tratamento de dados pessoais deve ser realizado apenas com o consentimento explícito do titular, salvo exceções previstas em lei, como o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador. Por exemplo, uma empresa de comércio eletrônico deve obter consentimento explícito dos clientes para coletar e utilizar seus dados pessoais para fins de marketing, assegurando a transparência e a autonomia dos titulares sobre seus dados.
58. A estrutura normativa dos direitos humanos é composta por um conjunto de tratados internacionais, convenções, protocolos e declarações que estabelecem padrões universais para a proteção e promoção dos direitos humanos. Esses instrumentos são supervisionados por organismos internacionais, como o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e os comitês de tratados, que monitoram a implementação e o cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados.
59. Segundo a Lei Federal nº 13.869/2019, que define os crimes de abuso de autoridade, um agente público só pode ser processado por abuso de autoridade se a vítima formalizar uma denúncia específica e apresentar provas do ato abusivo. Por exemplo, se um cidadão acredita ter sido vítima de abuso de autoridade por um delegado de polícia, ele deve não apenas denunciar o caso, mas também fornecer todas as provas necessárias para a instauração do processo penal contra o delegado.
60. A Lei nº 729/2024 estabelece que a Guarda Civil Municipal de Moreno pode aplicar penas de demissão a seus servidores diretamente, sem a necessidade de encaminhamento para o Chefe do Poder Executivo Municipal. Essa autonomia visa a agilizar o processo disciplinar dentro da corporação.

61. O Decreto Federal de Regulamentação nº 9.489/2018 estabelece diretrizes para a implementação e funcionamento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), detalhando as responsabilidades e a forma de cooperação entre os diversos órgãos de segurança pública. Por exemplo, o decreto define que a coordenação do SUSP ficará a cargo do Ministério da Segurança Pública, que deverá formular políticas, diretrizes e procedimentos operacionais a serem seguidos por todas as entidades participantes, promovendo a integração e eficiência nas ações de segurança.
62. A Lei de Drogas nº 11.343/2006 estabelece que o tráfico de drogas é punido com pena de reclusão de 5 a 15 anos e multa, mas também prevê medidas alternativas para usuários de drogas, como a advertência sobre os efeitos das drogas, a prestação de serviços à comunidade e o comparecimento a programas educativos. Por exemplo, um indivíduo flagrado com uma pequena quantidade de droga para consumo pessoal pode ser submetido a medidas socioeducativas, enquanto aqueles envolvidos no tráfico enfrentam penas severas.
63. De acordo com o Estatuto do Desarmamento, as armas de fogo apreendidas em operações policiais são automaticamente redistribuídas entre os órgãos de segurança pública, podendo ser utilizadas por policiais sem novo registro ou controle. Por exemplo, uma arma de fogo apreendida durante uma operação pode ser repassada a um policial para uso imediato em suas atividades diárias.
64. A prova obtida no local de crime pode ser considerada válida mesmo que o local tenha sido alterado, desde que haja testemunhas que possam corroborar a cena original. Por exemplo, se uma testemunha afirmar que viu a posição original de um corpo antes que ele fosse movido, essa informação pode substituir a necessidade de uma perícia técnica, uma vez que se considera o testemunho como prova inicial.
65. Os Estados podem alterar unilateralmente os tratados internacionais de direitos humanos aos quais são signatários, adaptando-os às suas realidades nacionais e contextos culturais específicos, sem a necessidade de consulta ou consentimento de outros Estados ou organismos internacionais. Por exemplo, um país pode modificar as disposições de um tratado sobre direitos das mulheres para refletir suas tradições culturais, mesmo que essas mudanças reduzam o nível de proteção originalmente previsto no tratado.
66. O Decreto nº 678/1992, que promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica de 1969), estabelece a proteção de direitos fundamentais, como o direito à vida, à integridade pessoal, à liberdade pessoal e à igualdade perante a lei, abrangendo também direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Por exemplo, o artigo 5º assegura que toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral, proibindo a tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
67. O princípio da territorialidade, que rege a aplicação da lei penal no espaço, estabelece que a lei penal brasileira se aplica a todos os crimes cometidos no território nacional, independentemente da nacionalidade do autor ou da vítima. Por exemplo, um estrangeiro que cometa um crime dentro do território brasileiro está sujeito às disposições do Código Penal brasileiro, assegurando a soberania do país sobre os delitos ocorridos em seu território.
68. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997) e suas alterações, os condutores de veículos de emergência, como ambulâncias e viaturas policiais, estão isentos de cumprir os limites de velocidade estabelecidos, podendo dirigir em qualquer velocidade necessária para atender a situações de emergência, sem risco de penalidades. Por exemplo, um motorista de ambulância pode dirigir a 150 km/h em uma área urbana para atender a um chamado de emergência sem ser penalizado.
69. A aplicação de penas disciplinares na Guarda Civil Municipal de Moreno deve ser acompanhada de menção à autoridade competente, transgressão cometida, e dispositivo legal correspondente. As penas podem variar de advertência a demissão, dependendo da gravidade da infração cometida pelo servidor em consonância com a Lei municipal nº 729/2024.
70. De acordo com a Lei Federal nº 13.709/2018, há uma imposição de que os controladores e operadores de dados pessoais implementem medidas técnicas e administrativas para proteger os dados contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão. Assim, uma instituição financeira deve adotar políticas rigorosas de segurança da informação e sistemas de criptografia para proteger os dados bancários de seus clientes, garantindo a integridade e a confidencialidade das informações.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

000.87-3267/5543-1

Julgue os itens a seguir.

71. Analogias e inferências são métodos equivalentes em lógica de argumentação, onde ambas podem ser usadas para deduzir conclusões válidas a partir de premissas dadas. Analogias estabelecem relações diretas e concretas entre diferentes situações ou objetos, enquanto inferências dependem de premissas lógicas e estruturas argumentativas.
72. A ética na função pública é fundamental para assegurar que os servidores públicos ajam de maneira imparcial e justa, promovendo a confiança da sociedade nas instituições governamentais. Os servidores públicos devem aderir a um código de ética que os guie na tomada de decisões, garantindo que elas sejam feitas com transparência e em prol do bem comum, evitando favoritismos e corrupção. Esse compromisso ético é essencial para a manutenção da legitimidade e eficiência do serviço público.

73. A regência verbal permite várias formas de ligação entre verbos, substantivos e seus complementos, para a escolha das preposições. Por exemplo, tanto "Eu assisti o filme" quanto "Eu assisti ao filme" estão corretos, dependendo do contexto. Similarmente, "Ele é favorável a proposta" e "Ele é favorável à proposta" são ambos aceitáveis, pois a regência nominal não exige uma preposição fixa. Essa flexibilidade facilita a expressão pessoal na língua portuguesa.
74. A aplicação de princípios éticos na função pública é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e equitativas. Ao priorizar valores como honestidade, responsabilidade e justiça, os servidores públicos podem elaborar e implementar políticas que atendam verdadeiramente às necessidades da população, especialmente das comunidades mais vulneráveis. A ética garante que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e direcionados para programas que promovam o bem-estar coletivo.
75. Considere as proposições abaixo e os quantificadores universais e existenciais: A: "Todo estudante gosta de matemática." B: "Existe um estudante que não gosta de ciência." C: "Se um estudante gosta de matemática, então ele gosta de ciência." Usando os quantificadores universais (\forall) e existenciais (\exists), podemos dizer que uma expressão lógica que é uma representação correta da proposição "Existe um estudante que gosta de matemática e de ciência" é $\exists x (\text{Estudante}(x) \wedge (\text{GostaDeMatematica}(x) \rightarrow \text{GostaDeCiencia}(x)))$.
76. Uma tabela de verdade pode ser usada para verificar a validade de uma proposição composta como " $(P \wedge Q) \rightarrow R$ ". A tabela de verdade lista todas as combinações possíveis de valores verdadeiros e falsos para as proposições P, Q e R, permitindo verificar se a proposição composta é verdadeira ou falsa em cada caso.
77. Baltazar Gonçalves Moreno desempenhou um papel importante na ocupação e desenvolvimento agrícola da região do Jaboatão, não apenas adquirindo o engenho Nossa Senhora da Apresentação, mas também contribuindo para a prosperidade da região. A propriedade foi um ponto central durante os conflitos da guerra de restauração, sendo mencionada em diversos documentos históricos, incluindo as Atas do Alto Conselho do Recife.
78. Na língua portuguesa, o correto uso das regras das concordâncias verbal e nominal é fundamental para a correção gramatical das frases. A concordância verbal ocorre quando o verbo concorda em número e pessoa com o sujeito da oração. Por exemplo: "Os alunos estudam diariamente." Aqui, o sujeito "Os alunos" está no plural, e o verbo "estudam" também está no plural. A concordância nominal, por sua vez, refere-se à harmonia entre substantivos e seus respectivos adjetivos, artigos e pronomes. Por exemplo: "As meninas inteligentes passaram no exame." Nessa frase, o artigo "As", o substantivo "meninas" e o adjetivo "inteligentes" estão todos no feminino plural, estabelecendo uma concordância correta.
79. A fundação do engenho Nossa Senhora da Apresentação, que mais tarde se tornou o engenho Morenos, ocorreu no início do século XVIII, sendo inicialmente estabelecida pelo judeu converso Carlos Francisco Drago. Baltazar Gonçalves Moreno foi o primeiro proprietário a introduzir a produção de açúcar no engenho, transformando-o em uma das principais unidades produtivas da região.
80. A concordância verbal e a nominal pode variar, dependendo do estilo do escritor. Por exemplo, é correto dizer "O menino inteligente passou na prova" porque a ênfase está na inteligência do menino, não no número. Da mesma forma, a construção "As meninas estudam muito" é aceitável em certos contextos, nos quais a simplicidade da frase é mais importante do que a concordância gramatical. Essas variações mostram que a flexibilidade na concordância é uma característica da língua portuguesa moderna.
81. A ética profissional é frequentemente vista como secundária em relação à competência técnica e ao cumprimento das responsabilidades contratuais, que por si só são consideradas adequadas para assegurar a qualidade do trabalho em qualquer profissão. De acordo com essa perspectiva, os princípios éticos funcionam meramente como orientações opcionais, desprovidos de influência tangível nas dinâmicas profissionais entre indivíduos, seus clientes ou empregadores.
82. Misturar datas, números e letras sem relação direta com o conteúdo, como "X23_Doc1_Jan2022" e "File_A3B7", ajuda a evitar a perda de arquivos devido à dificuldade de identificação por terceiros. Além disso, manter pastas duplicadas com conteúdos semelhantes em diferentes locais do sistema facilita a organização, pois permite acessar arquivos de múltiplas direções.
83. A história do município do Moreno começou com a chegada dos irmãos portugueses Baltazar Gonçalves Moreno e Gaspar Gonçalves Moreno, que adquiriram um engenho bem montado na margem do rio Jaboatão. Baltazar comprou o engenho de Carlos Francisco Drago, em 29 de fevereiro de 1616, marcando o início do desenvolvimento da região. Posteriormente, o engenho passou por vários proprietários, incluindo a Condessa de Penaguião e João de Barros Rego, antes de ser adquirido por Antonio de Sousa Leão, que se tornou o Barão de Morenos.
84. Em um diagrama de Venn com dois círculos, um representando o conjunto A (alunos que gostam de matemática) e outro representando o conjunto B (alunos que gostam de ciências), a interseção dos dois círculos mostra os alunos que gostam tanto de matemática quanto de ciências. Podemos dizer que essa visualização facilita a compreensão de conceitos como união, interseção e diferença entre conjuntos, sendo amplamente utilizada em problemas de probabilidade e teoria dos conjuntos.

85. A regência verbal e a nominal envolvem a relação entre os verbos, os substantivos e os termos que os complementam. A regência verbal trata da preposição exigida pelos verbos para conectar-se aos seus complementos. Por exemplo, o verbo "assistir" no sentido de ver algo exige a preposição "a": "Eu assisti ao filme." Já a regência nominal trata da preposição necessária para ligar substantivos, adjetivos ou advérbios aos seus complementos. Por exemplo, o adjetivo "favorável" exige a preposição "a": "Ele é favorável à proposta." Assim, a regência verbal e a nominal são essenciais para a correção e clareza da comunicação.
86. O sistema operacional Windows é limitado em termos de edição de textos, planilhas e apresentações, sendo necessário utilizar exclusivamente o Microsoft Office para qualquer trabalho significativo. Uma alternativa, como LibreOffice, não é compatível com Windows, obrigando os usuários a adquirir licenças do Microsoft Office. Além disso, a edição de documentos no Windows é menos eficiente devido à falta de integração com serviços de armazenamento em nuvem e à ausência de funcionalidades avançadas de colaboração.
87. Valores éticos são irrelevantes no ambiente corporativo, pois o principal objetivo de uma empresa é maximizar os lucros. A adesão estrita a princípios éticos pode impedir o sucesso financeiro, e, portanto, empresas devem priorizar práticas que aumentem a rentabilidade, mesmo que envolvam comportamentos antiéticos. Dessa forma, a ética empresarial é uma barreira ao crescimento e à competitividade no mercado global.
88. Vírus e pragas virtuais, como ransomware, trojans e worms, são programas maliciosos projetados para danificar sistemas, roubar informações ou interromper operações. Para mitigar esses riscos, é essencial implementar procedimentos de backup regulares e automatizados. Backups incrementais e diferenciais são métodos eficazes que permitem a recuperação de dados sem necessidade de duplicação completa diária, economizando espaço e tempo.
89. No Google Documentos não existem recursos específicos de segurança e privacidade adequados, tornando-o inadequado para o uso empresarial ou para a gestão de dados sensíveis. As informações armazenadas nesse serviço são facilmente acessíveis por terceiros, e a plataforma não oferece criptografia ou controles de acesso suficientes para proteger os dados dos usuários. Portanto, empresas e indivíduos preocupados com segurança devem evitar usar essa ferramenta.
90. O Microsoft Word é amplamente utilizado para a criação e formatação de documentos de texto, oferecendo recursos avançados como revisão ortográfica e gramatical, estilos de texto e inserção de tabelas e gráficos. O Microsoft Excel é uma poderosa ferramenta para a criação e manipulação de planilhas, suportando funções complexas, tabelas dinâmicas e gráficos. O Microsoft PowerPoint facilita a criação de apresentações visuais, com funcionalidades como transições, animações e integração de multimídia. Essas ferramentas são bem integradas ao ambiente Windows, permitindo uma experiência de edição eficiente e produtiva.
91. A ética na função pública, especialmente dentro das guardas municipais, é crucial para garantir que os agentes de segurança ajam de maneira justa, imparcial e respeitosa, protegendo os direitos dos cidadãos e promovendo a ordem pública. A observância de um rigoroso código de ética previne abusos de poder e garante que as ações dos guardas municipais sejam guiadas pelo respeito aos direitos humanos e pela busca do bem comum, contribuindo para a confiança da comunidade nas forças de segurança.
92. Considere as seguintes proposições: P - "Se João estuda, então ele passa no exame." Q - "Se João passa no exame, então ele ganha uma bolsa de estudos." R - "João estuda." Utilizando os conectivos lógicos, determine a validade da proposição composta $(R \wedge P) \rightarrow Q$. Se João estuda então a proposição composta $(R \wedge P) \rightarrow Q$ é sempre verdadeira, independentemente da verdade das proposições individuais.
93. O engenho Morenos desempenhou um papel significativo na guerra de restauração de Pernambuco. Foi do engenho de Baltazar Gonçalves Moreno que os conjurados, incluindo Amador de Araújo, Pedro Marinho e João Paes Cabral, partiram para se juntar às tropas de João Fernandes Vieira. A batalha do Monte das Tabocas, em 3 de agosto de 1645, começou no engenho Morenos e terminou com a retirada das tropas holandesas, marcando um evento crucial na resistência contra a ocupação holandesa.
94. Um texto pode ser considerado coeso e coerente mesmo sem o uso de pronomes ou conjunções, desde que as palavras sejam escolhidas corretamente. Assim, frases como "O cachorro latiu. O gato correu. A porta estava aberta." são suficientes para um texto bem estruturado, pois a repetição dos substantivos evita confusões. Portanto, a coesão e a coerência são secundárias na construção textual.
95. Google Documentos e Google Planilhas são ferramentas poderosas de produtividade que oferecem recursos de colaboração em tempo real. Em Google Documentos, vários usuários podem editar um documento simultaneamente, com alterações visíveis instantaneamente para todos os colaboradores. O Google Planilhas oferece funcionalidades semelhantes, permitindo que múltiplos usuários trabalhem juntos em uma planilha, atualizando dados e fórmulas em tempo real.
96. A coesão se refere às ferramentas gramaticais e lexicais que ligam frases e parágrafos, como conectores, pronomes, advérbios e elipses. Por exemplo, em "João comprou um carro novo. Ele está muito satisfeito com a compra", o pronome "Ele" substitui "João", criando uma ligação coesa. A coerência, por outro lado, refere-se à clareza e lógica das ideias apresentadas, assegurando que elas estejam bem organizadas e sigam uma progressão natural. Um texto coerente sobre a importância da educação poderia iniciar abordando os benefícios individuais, seguir discutindo os impactos sociais e concluir com exemplos de sucesso.

97. Antonio de Sousa Leão, conhecido como Barão de Morenos, foi o primeiro a adquirir e desenvolver o engenho Morenos, transformando-o na principal propriedade agrícola do Jaboatão. Ele comprou o engenho diretamente dos herdeiros de Baltazar Gonçalves Moreno, sem intervenções de outros proprietários ao longo da história do engenho.
98. Os princípios éticos são subjetivos e variam de pessoa para pessoa, sem uma base universal. Cada indivíduo pode definir seus próprios padrões éticos de acordo com suas preferências e experiências pessoais, e não há necessidade de buscar um consenso ou aderir a normas compartilhadas pela sociedade. Assim, atos considerados moralmente errados por uns podem ser perfeitamente aceitáveis para outros, sem que exista um critério objetivo para julgar esses comportamentos.
99. O uso de antivírus é usual para proteger um sistema contra todas as formas de vírus e pragas virtuais. Uma vez que o software antivírus esteja instalado e atualizado, ele detectará e removerá todas as ameaças possíveis, garantindo a integridade dos dados. Portanto, realizar backups diários ou manter cópias dos dados em diferentes locais é desnecessário e apenas causa redundância. Confiar no antivírus e na segurança do sistema operacional é uma estratégia eficaz para prevenir perda de dados.
100. Com a integração do OneDrive diretamente no Windows, os usuários podem salvar seus arquivos automaticamente na nuvem, acessá-los de qualquer dispositivo e compartilhar links diretamente do explorador de arquivos. O Google Drive e o Dropbox também oferecem aplicativos de desktop para Windows, permitindo sincronização contínua de arquivos e acesso offline.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO